

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.635.584 - RS
(2019/0377381-3)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
EMBARGANTE : ISMAEL DALL AGNOL
ADVOGADOS : TOBIAS FRANCISCON - RS054473
TALES FRANCISCON - RS092498
EMBARGADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SEVERINO DO RAMO CHAVES DE LIMA - PB008301
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RS095750A
SERVIO TULIO DE BARCELOS - RS095803A

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC.** VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO. CONFIGURADA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

DECISÃO

ISMAEL DALL AGNOL (ISMAEL) requereu liquidação da sentença proferida em ação civil pública ajuizada pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC) contra o BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO DO BRASIL) visando ao pagamento de diferenças sobre o saldo da caderneta de poupança oriundas dos expurgos inflacionários do denominado Plano Verão (janeiro/89).

O Juízo de 1º Grau julgou procedente do pedido de liquidação.

Contra essa decisão, o BANCO DO BRASIL interpôs agravo de instrumento que não foi provido pelo Desembargador Relator. Decisão que foi mantida pelo Tribunal gaúcho em acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. IDEC. AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 1998.01.1.016798-9/DF. NECESSIDADE DE PRÉVIA LIQUIDAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL.

Deixa-se de conhecer do recurso no ponto relativo à necessidade de prévia liquidação porque, ao que se verifica, não foi ventilado na impugnação oposta, tampouco enfrentado na decisão agravada, de modo a caracterizar, neste momento, inovação recursal, hipótese repudiada pelo ordenamento pátrio, considerando a violação ao Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.

ÍNDICES OFICIAIS DA CADERNETA DE POUPANÇA.

Deixa-se de conhecer do ponto relativo à utilização dos índices oficiais da caderneta de poupança porque, ao que se verifica, os cálculos apresentados pelo credor encontram-se em consonância com o pleito do recorrente e, por conseguinte, inexistente o interesse recursal.

PRESCRIÇÃO.

O prazo prescricional da execução individual de sentença coletiva é de cinco anos, a contar do seu trânsito em julgado, nos termos do REsp nº 1.273.643/PR, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos. Transitada em julgado a aludida decisão em 27/10/2009 e proposto o presente cumprimento antes do transcurso do quinquênio legal, não há falar em prescrição da pretensão executória.

ILEGITIMIDADE ATIVA. LIMITES TERRITORIAIS DA COISA JULGADA. ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA.

1. Resta pacificado, no âmbito da jurisprudência nacional, o entendimento de que (a) a sentença proferida pelo juízo da 12ª vara cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva nº 1998.01.1.016798-9, é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal, reconhecendo-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no juízo de seu domicílio ou no distrito federal; e (b) os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa - também por força da coisa julgada -, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do IDEC, de ajuizarem o cumprimento individual da aludida sentença coletiva; Recurso Especial Repetitivo nº 1.391.198/RS.

2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo – ARE nº 920.090/RS, rejeitou expressamente a repercussão geral das matérias atreladas aos paradigmas supramencionados, porquanto atinentes à interpretação de normas infraconstitucionais, motivo pelo qual o julgamento do Recurso Extraordinário nº 573.232/SC, que sobre outro tema versa, não tem o condão de modificar o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça na hipótese.

3. A decisão proferida em Repercussão Geral no RE nº 885.658/SP apenas fixou a regra geral aplicável ao alcance subjetivo dos efeitos da sentença prolatada em ação coletiva, em nada alterando ou infirmando as conclusões já sedimentadas por força da coisa julgada formada no âmbito específico da presente causa.

JUROS REMUNERATÓRIOS.

Não tendo havido condenação expressa ao pagamento de juros remuneratórios na Ação Civil Pública nº 1998.01.016798-9/DF, descabe a inclusão dessa verba na fase de execução individual.

REsp. Repetitivo nº 1.392.245/DF.

Competia, contudo, ao agravante demonstrar minimamente a incorreção dos cálculos elaborados – ou mesmo o equívoco nos parâmetros utilizados –, fato constitutivo do seu direito, na inteligência do art. 373, inc. I, do CPC, ônus do qual não se desincumbiu.

PRESCRIÇÃO. JUROS REMUNERATÓRIOS. Os juros remuneratórios integram o principal, deixando de ter natureza acessória, não se aplicando o prazo prescricional do artigo 178, § 10º, III, do CC/1916, tampouco o disposto no art. 206, § 3º, III, do CC/2002.

APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE 10,14% EM FEVEREIRO DE 1989

1. Inobstante o Superior Tribunal de Justiça tenha consolidado o IPC no período de janeiro e fevereiro de 1989 em 42,72% e 10,14%, respectivamente, apenas para as cadernetas de poupança iniciadas ou com aniversário antes do advento do Plano Verão (15 de janeiro de 1989) é que se aplica o aludido índice de atualização, então vigente, repousando as demais – assim como os meses subsequentes – sob a égide da novel regulamentação. REsp. Repetitivo nº 1.107.201/DF.

2. Inaplicável, assim, o percentual de 10,14% (IPC) para o mês de fevereiro/1989, estando correta a utilização do índice de 18,35%, apurado com base na Letra Financeira do Tesouro Nacional – LFT, nos termos do art. 17 da Lei nº 7.730/89.

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, DESPROVIDO (e-STJ, fls. 162/164).

Irresignado, BANCO DO BRASIL interpôs recurso especial que teve seguimento negado com base no art. 1.030, I, b, do NCPC, em relação à limitação territorial e à legitimidade ativa do poupador; e, no tocante aos demais pontos, foi inadmitido tendo em vista a incidência das Súmulas nºs 282 e 356 do STF.

Sobreveio agravo, que não foi conhecido em decisão monocrática de minha relatoria assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO NA ORIGEM PORQUE A MATÉRIA FOI JULGADA SEGUNDO O RITO DO ART. 1.030, I, B, DO NCPC (ART. 543-C DO CPC/73). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. ART. 1.042 DO NCPC. DEMAIS PONTOS. RECURSO QUE NÃO INFIRMA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO NÃO CONHECIDO (e-STJ, fl. 295).

Superior Tribunal de Justiça

Nos presentes embargos de declaração, ISMAEL sustentou que a decisão embargada padeceria do vício de omissão, pois não teria se pronunciado quanto a majoração dos honorários advocatícios de sucumbência, nos termos do art. 85, parágrafo único, do NCPC.

Houve impugnação (e-STJ, fls. 310/319).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

De acordo com a jurisprudência desta Corte, a contradição ou obscuridade remediáveis por embargos de declaração são aquelas internas ao julgado embargado, devidas à desarmonia entre a fundamentação e as conclusões da própria decisão.

Já a omissão que enseja o oferecimento de embargos de declaração consiste na falta de manifestação expressa sobre algum fundamento de fato ou de direito ventilado nas razões recursais e sobre o qual deveria manifestar-se o juiz ou o tribunal e que, nos termos do NCPC, é capaz, por si só, de infirmar a conclusão adotada para o julgamento do recurso (arts. 1.022 e 489, § 1º, do NCPC).

Nos presentes embargos de declaração, ISMAEL sustentou que a decisão embargada padeceria do vício de omissão, pois não teria se pronunciado quanto a majoração dos honorários advocatícios de sucumbência, nos termos do art. 85, parágrafo único, do NCPC.

Deveras, razão assiste ao embargante, fazendo-se de rigor majorar em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados contra o BANCO DO BRASIL.

Ao lume do exposto, **ACOLHO** os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator